Ijuí. Disponível em: <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaoconhecimento/article/viewFile/7302/6068>.
CÓ, F. A.; LAVAGNOLI, D. H.; CARMO, C. T. DO. Atividades Lúdicas e Vivenciais Auxiliando Na Elevação Dos Conhecimentos Sobre A Engenharia De Produção: O Medo dos Setups. Vitória: [s.n.].
FROEBEL, F. Pedagogics of the Kindergarten – or his ideas concerning the play and plaything of the child. HARRIS, W.T. (Ed). The international series. New York/London: D. Appleton and Company, 1912. vol 30.
JOÃO RIBEIRO, R. et al. Teorias de Aprendizagem em Jogos Digitais Educacionais: um Panorama Brasileiro. RENOTE, v. 13, n. 1, 2015.
KISHIMOTO, T. M. (Org). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 7ª ed. São Paulo. Cortez, 2003.
LUTERO, M. Obras Selecionadas- Ética: fundamentos; oração. Sexualidade, educação e economia v. 5. São Leopoldo: Comissão Interluterana de Literatura Sinodal, 1995
PLATÃO. A República. 8. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.
PIAGET, J. Psicologia e Pedagogia. Trad. Por Dirceu Accioly Lindoso e Rosa Maria Ribeiro da Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
ROLIM, A. A. M.; GUERRA, S. S. F.; TASSIGNY, M. M. Uma leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil. Rev. Humanidades, v. 23, n. 2, p. 176–180, 2008.
SANTANNA, A.; NASCIMENTO, P. R. A história do lúdico na educação. Revemat, v. 6, n. 2, p. 19–36, 2012.
SILVA, L. V. S.; TANAKA, P. S. DE L.; PIRES, M. R. G. M. BANFISA e (IN)DICA-SUS
na graduação em saúde: o lúdico e a construção de aprendizados. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 68, n. 1, p. 124–130, fev. 2015.
SILVEIRA, M. J. M. DA. Experienciando o Lúdico no Curso De Bacharelado Em Farmácia. Vidya, v. 21, n. 38, p. 91–101, 2002.

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA: PARTICIPAÇÂO DISCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

LUCAS MOÇO LEUTWILER DI GIACOMO OLIVEIRA

RESUMO
Iniciando a análise através do conceito de participação se faz uma reflexão sobre as dificuldades legais e pedagógicas de implantar um conselho de crianças da primeira infância nas instituições escolares. Mas a partir do estudo de alguns autores se demonstra que a participação discente é essencial independente da faixa etária, além de ajudar na formação democrática e de estimular a cidadania nos indivíduos. Dada a legitimação teórica da participação discente se passa ao estudo de caso de uma Escola Municipal de Educação Infantil da zona leste da cidade de São Paulo em seus passos iniciais para implantação de um conselho mirim, apresentando as idiossincrasias e ganhos conseguidos nesse processo.
PALAVRAS-CHAVE: Participação; Participação discente; Primeira infância; Gestão democrática; Conselho infantil.

INTRODUÇÃO

Nos mais recentes estudos sobre educação cada vez mais se tem enfatizado a importância de uma gestão democrática e da participação dos alunos e estudantes nesta gestão e nas decisões sobre os rumos da escola para que de fato esta atinja o objetivo de democracia e que de fato a realidade político pedagógica da unidade educacional seja uma construção pública e não uma intervenção estatal ou individual ditada de cima para baixo para a comunidade escolar.

Porém há a dificuldade de ver tais políticas tanto no nível teórico quanto prático sendo debatidas e efetivamente colocadas no nível inicial da educação básica, ou seja, na educação infantil. Tal dificuldade pode ser pensada tanto do ponto de vista legal; já que no nível da educação pública paulistana os Conselhos de Escola devem ter a participação apenas de pessoas a partir do 5º ano do ensino fundamental conforme Lei 14.660/07 e Portaria SME 2.565 de 13/06/2008 bem como os membros da A.P.M. (Associação de Pais e Mestres) deverão obrigatoriamente possuir mais de 18 anos conforme Portaria SME nº 8.707 de 20/12/2016; tanto do ponto de vista da dificuldade dos próprios adultos (profissionais da educação e pais de alunos) de

considerarem a visão infantil válida para o debate público e para os rumos que a escola deverá tomar por aqueles possuírem uma visão adultocêntrica ou que considere a primeira infância como uma faixa etária onde o indivíduo não está “apto” ou “pronto” para deliberar e tomar decisões sobre os rumos dos ambientes onde vive e convive.

Mas tais problemas e dificuldades de legislação e de cultura adultocêntrica vêm sido quebradas tanto com autores demonstrando a riqueza, capacidade e potência enorme de crianças em sua primeira infância tanto com experiência práticas em creches e escolas de educação infantil comprovando que, embora difícil, a implantação de conselhos mirins institucionalizados e adicionados ao projeto político pedagógico com a escuta ativa e respeitosa das opiniões e vivências infantis pode enriquecer demais o ambiente escolar de forma a torná-lo um lugar aprazível e público no sentido mais amplo, ou seja, um lugar para todos onde todos opinam e agem para sua evolução e melhoria.

Este artigo possui como objetivo geral de, a partir do embasamento prévio de textos que subsidiam a importância do protagonismo discente e da gestão democrática se analisar o resultado da observação de um estudo de caso do estabelecimento, em sua fase inicial, de um conselho mirim em uma Escola Municipal de Educação Infantil da rede pública paulistana.

Com este embasamento retirado de textos pedagógicos e a partir de entrevistas com pessoas diretamente ligadas ao processo supracitado irá se analisar os ganhos práticos e de direitos das crianças, mas também as dificuldades da criação de um conselho mirim em uma escola que não o possuía.

1. PARTICIPAÇÃO DISCENTE NA BIBLIOGRAFIA RECENTE

Na definição do filósofo alemão Habermas (1975, p.159) “participar significa que todos podem contribuir, com igualdade de oportunidades, no processo de formação discursiva da vontade”, citando outros autores como Catani e Gutierrez (1998, p.62) “participar consiste em ajudar a construir comunicativamente o consenso quanto a um plano de ação coletivo”.

Pode-se imaginar como atingir o objetivo de participação no sentido amplo é algo utópico, mas como nos ensinam diversos filósofos e pedagogos a utopia é o lugar a se chegar e se esperançar, uma participação que envolva a escuta das crianças na faixa etária da primeira infância com suas especificidades talvez seja uma utopia ainda mais difícil de alcançar e talvez por isso mesmo uma “fruta” mais gostosa para se plantar e principalmente para se colher.

A partir de uma revisão bibliográfica observam-se diversos textos e autores pedagógicos que dão importância e relevância ao protagonismo e participação discente nos rumos da escola como Paulo Freire, Loris Malaguzzi e Anton Marakenko.

Paulo Freire afirma:

O desrespeito à leitura de mundo do educando revela o gosto elitista, portanto antidemocrático, do educador que, desta forma, não escutando o educando, com ele não fala. Nele deposita seus comunicados. (FREIRE, 2002, p. 46)

Ou seja, na visão de Freire é necessário escutar o aluno para que nada lhe seja imposto tanto em sua produção individual para obter conhecimento tanto nos rumos pedagógicos e políticos que a escola irá tomar, caso contrário se corre o risco de alienar o aluno desde o início de sua formação impondo desde cedo a lógica da exclusão e da dominação. Se toda ação tem seu viés pedagógico ao fechar espaços à participação e escuta da criança a escola está lhe ensino como “currículo oculto” que a opinião da criança não interessa e as decisões dos adultos e dos de maior hierarquia devem prevalecer independente dos seus méritos quanto á efetividade da construção de uma escola que ensina e aprende, de uma escola onde haja prazer em se estar, pois se sente partícipe de seu desenvolvimento e evolução. Nas palavras do próprio Paulo Freire: “Quanto mais me torno capaz de me afirmar como sujeito que pode conhecer tanto melhor desempenho minha aptidão para fazê-lo.” (FREIRE, 2002, p.47).

Expoentes diversos da abordagem da educação infantil de Reggio Emilia também apresentam a enorme importância da participação infantil, por exemplo, o próprio Malaguzzi quando afirma:

Isso contribui para estruturar-se uma educação baseada no relacionamento e na participação. No nível prático, devemos manter e reinventar continuamente nossa rede de comunicação e encontros. (EDWARDS; GANDINI; FORMAN, 1999, p.75).

Igualmente dá ainda mais força à tal ideia para a abordagem de Reggio Emilia, Sergio Spaggiari ao afirmar:

Nesse ponto, os objetivos da gestão social são uma parte integral do conteúdo e dos métodos de nossa abordagem educacional... A gestão social visa a promover a vigorosa interação e comunicação entre educadores, crianças, pais e comunidade. Ela melhora o valor de uma abordagem educacional que tem suas origens e objetivos nos princípios da comunicação e da solidariedade. A participação das famílias é tão essencial quanto a participação das crianças e dos educadores. Em resumo, a administração baseada na comunidade não é tanto um sistema de governo quanto um ideal filosófico que permeia os aspectos da experiência educacional como um todo. Vista neste contexto, a participação em geral e a gestão social em particular, são

centrais para a experiência educacional. Isto é, não se pode separá-las das escolhas de conteúdo e de método nas creches e nas pré-escolas, pois têm igual importância e peso no crescimento individual de todas as crianças, em especial desse grupo etário. O período entre o nascimento e os seis anos de idade deve ser visto como um recurso precioso de potencial humano, cuja sociedade que olha para o futuro deve estar preparada para investir responsavelmente. (EDWARDS; GANDINI; FORMAN, 1999, p.107).

Sobre Anton Marakenko podemos observar em suas experiências e teoria pedagógica que era um objetivo principal da escola:

A participação de todos os alunos sem exceção, mesmo os mais jovens, no exercício das diversas funções de organização, na coletividade primária e na coletividade geral, a garantia da responsabilidade real da coletividade e de seus órgãos para as decisões tomadas, sua execução e o controle de sua aplicação. (MARAKENKO - FILONOV; BAUER; BUFFA, 2010, p.23).

Todas estas citações mostram em diferentes teóricos e professores, brasileiros e estrangeiros, do início e do final do século XX, a enorme importância da participação discente na escola, demonstrando que a intencionalidade por trás disso está muito além da escuta passiva das crianças, mas a ideia de impulsionar nelas o princípio de autonomia, corresponsabilidade pelos ambientes onde se convive, principalmente pela escola e o princípio educacional maior de cidadania e democracia como valor intrínseco da convivência escolar e em comunidade.

Os conselhos com participação estudantil e principalmente na primeira infância devem possuir a intencionalidade de investir no potencial autônomo das crianças para a convivência democrática na escola e na sociedade baseada na solidariedade.

Especificamente à participação infantil nos rumos do planejamento das cidades podemos observar abordagens promissoras em textos brasileiros mais recentes como em: “Vamos ouvir as crianças? Caderno de metodologias participativas do Projeto Criança Pequena em Foco”, texto produzido pelo CECIP (Centro de Criação de Imagem Popular) e até mesmo em aspectos legais como a Lei 13.257 de 8 de março de 2016 que ficou conhecido como o “Marco Legal da Primeira Infância” (que abrange crianças de 0 a 6 anos) que enfatiza de forma geral a participação das crianças pequenas na tomada de decisões do meio social, da cidade e da escola, pode-se citar desta lei principalmente o artigo 4º:

As políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância serão elaboradas e executadas de forma a: I - atender ao interesse superior da criança e à sua condição de sujeito de direitos e de cidadã; II - incluir a participação da criança na definição das ações que lhe digam respeito, em conformidade com suas características etárias e de desenvolvimento; V - articular as dimensões ética, humanista e política da criança cidadã com as evidências científicas e a prática profissional no atendimento da primeira infância; VI - adotar abordagem participativa, envolvendo a sociedade, por meio de suas organizações representativas, os profissionais, os pais e as crianças, no aprimoramento da qualidade das ações e na garantia da oferta dos serviços; Parágrafo único. A participação da criança na formulação das políticas e das ações que lhe dizem respeito tem o objetivo de promover sua inclusão social como cidadã e dar-se-á de acordo com a especificidade de sua idade, devendo ser realizada por profissionais qualificados em processos de escuta adequados às diferentes formas de expressão infantil. (BRASIL, D.O.U., 09/03/2016, seção 1, p.1)

Tal texto e marco legal apontam a relevância de ouvir a criança para planejar a cidade e a sociedade de forma geral. Nada mais justo que as políticas públicas que afetam as crianças de 0 a 6 anos sejam efetivadas apenas depois daquelas serem ouvidas e a escola talvez seja a instituição pública onde a criança mais convive e por seu objetivo pedagógico a escola deve ser o maior exemplo e centro de expansão para toda sociedade da política de ouvir e levar a sério a expressão infantil em suas vontades e opiniões sobre os rumos que o ambiente onde vivem deve tomar.

Experiências democráticas relatadas em ambientes de educação infantil, especificamente com a sistematização da escuta das crianças de forma a intervir na escola através de processos como conselho mirim felizmente tem alcançado cada vez mais espaços escolares, pode-se citar como exemplo o caso da Escola Municipal de Educação Infantil Dona Leopoldina, localizada na zona oeste da cidade de São Paulo, a qual possui um “Conselho das Crianças” sistematizado e presente no Projeto Político pedagógico da escola desde 2012, a equipe gestora responde assim à pergunta de quais objetivos estão neste conselho:

Nossos grandes objetivos são: proporcionar a participação das crianças na gestão democrática; contribuir para o diálogo entre crianças e adultos, respeitando a cultura infantil; qualificar e valorizar a visão das crianças em igualdade com o dos adultos; fomentar a autoria das crianças na reflexão e tomada de decisões sobre assuntos de interesse da escola; problematizar a realidade local e apontar encaminhamentos. (Link Catraca Livre, acesso em 24/02/2018)

Ficando clara a base pedagógica e alguns exemplos mais duradouros e enraizados de algu-

mas escolas este artigo passará agora a analisar o caso de uma EMEI na qual está em processo a criação de um conselho mirim de forma primeva e se debateu sobre a necessidade de incluí-lo no Projeto Político Pedagógico da mesma; a partir de entrevistas e diálogos com membros da equipe gestora, professores, funcionários e alunos irá se fazer um estudo de caso que aponte para os objetivos e dificuldades práticas da implantação de um conselho mirim em uma escola pública de educação infantil pública, a saber, a Escola Municipal de Educação Infantil Francisco Adauto Rodrigues, localizada no bairro do Jardim Helena, distrito do Iguatemi, zona leste de São Paulo.

2. ESTUDO DE CASO DA EMEI FRANCISCO ADAUTO RODRIGUES

Através de entrevistas realizadas no mês de fevereiro de 2018 com a coordenadora e com a assistente de diretor da EMEI Francisco Adauto Rodrigues e através de conversas com professores e alunos, bem como a análise do projeto político pedagógico enviado à homologação para a Diretoria Regional de Educação de São Mateus em 2018 passar-se-á a um estudo de caso da criação de um conselho mirim em sua preliminar fase com uma análise das intencionalidades envolvidas e as dificuldades e desenvolvimentos observadas no estabelecimento deste conselho mirim que ocorreu a partir do primeiro semestre de 2017.

A coordenadora senhora Leila Rissoli do Carmo informou que desde a avaliação final da unidade de 2015 e 2016 já havia surgido como aspecto a ser melhorado na escola a escuta efetiva das crianças em relação às prioridades de investimentos, organização do espaço e do tempo, bem como de aspectos pedagógicos em geral apareceu como necessidade a ser estabelecida já que tal tema era sempre diagnosticado como problema devido à incipiente ou nula participação das crianças no rumo da escola.

A partir de tal análise o Conselho de Escola decidiu que membros da gestão deveriam ouvir as crianças de forma a apontar prioridades de investimentos das verbas recebidas pela escola e da organização do espaço e tempo da mesma.

A forma decidida para fazer isto foi no período da elaboração do Plano Anual de Atividades, atividade regimentalmente ligada à Associação de Pais e Mestres, no mês de abril para ser votada em maio as professoras debateram em salas com as crianças as necessidades de cada espaço da escola e depois escolheram duas crianças de cada turma de forma a serem as representantes de sala no conselho mirim com participação dos três membros da gestão. A escola possui sete turmas por turno o que fez com que em cada conselho mirim fossem ouvidas 14 crianças pelos três membros da gestão (o diretor, a coordenadora e a assistente de diretor de escola).

A forma escolhida foi dividir as necessidades da escola por espaço com perguntas feitas pelos adultos com a conotação do que falta ou do que tem demais em cada espaço escolar (salas de convivência, parque 1, parque 2, quadra, brinquedoteca, banheiros, sala de leitura). Dessa forma foi possível uma racionalização da atividade de forma que os gestores pudessem anotar os pedidos das crianças para que depois fosse feito uma conferência do que pôde ou não ser atendido bem como tais pedidos foram anotados no Plano Anual de Atividades que foi votado e aprovado sem exceção pelos membros eleitos adultos, conforme legislação, da Associação de Pais e Mestres no mês de maio de 2017.

A assistente de diretor Vilma Francisca da Silva Sena apontou que dos aspectos que a escola conseguiu atender dos pedidos das crianças foram a mudança dos dispensers dos banheiros onde está o papel higiênico para dentro de todos os boxes individuais já que anteriormente só havia um dispenser no espaço externo e diversas crianças do conselho infantil apontaram isso como um limitante de sua rotina de higiene. Foi atendido o pedido das crianças por mais brinquedos de animais e fantasias, por mais “bonecas mocinhas”, ou seja, com expressão de criança e não de bebê, por mais atividades conjuntas com outras turmas. Tal necessidade de interação maior já havia sido apontada durante o plano de ação dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil com participação da comunidade e nas reuniões de toda equipe profissional da escola.

O fato de tal apontamento ter surgido também no conselho mirim fez o grupo se reunir e nos encontros de planejamento e na reunião pedagógica do terceiro bimestre foi apontada a necessidade de dias de leitura simultânea sob demanda das crianças independente das turmas bem como de brincadeiras simultâneas, com cada sala e espaço oferecendo diferentes brincadeiras nos quais as crianças iriam por interesses pessoais.

Como a escola possui desde o ano de 2016 quinze triciclos de médio porte, no conselho mirim as crianças requisitaram que fosse pintada uma grande pista na quadra, com caminho para pedestres e calçadas para o uso desses brinquedos, o que foi atendido já no recesso de julho através de um prestador de serviços.

A coordenadora Leila reforça que houve alguns embates entre o conselho de adultos e as prioridades apontadas pelo conselho mirim, dentre eles cita o fato das crianças terem pedido um gira-gira no parque e não havia boa vontade de parte de muitos professores de tal instrumento devido ao risco de segurança que este envolve, porém tal prioridade foi sim aprovada pela APM e só não pôde ser aten-

dida por hora devido à falta de recursos financeiros. Pelo mesmo motivo outros objetivos das crianças não foram materializados, como uma casinha maior no parque externo e outro escorregador, mas ambos objetivos seguem no Plano Anual de Atividades aguardando novos repasses de verba que possam enfim torná-los realidade.

A assistente Vilma mostra que o objetivo inicial era ao final do ano mostrar para as crianças a lista que foi feita na reunião do primeiro semestre e apontar quais prioridades das crianças foram alcançadas e quais não e a gestão justificar para as crianças os motivos pelos quais não foi possível atender todas as demandas, porém as necessidades burocráticas da escola impossibilitaram que tal reunião no segundo semestre fosse possível.

Conversando com alguns professores e alunos a fala geral é de que o conselho mirim foi positivo, as crianças gostam e sentem orgulho de dizer que devido a uma fala sua ou do grupo determinadas mudanças foram efetuadas na escola.

Na reunião do final do ano os professores e funcionários da escola apontaram que para resolver isto uma solução seria colocar no próprio calendário escolar a periodicidade e data das reuniões do conselho mirim de forma a oficializá-los e planejá-los com maior antecedência, talvez até mesmo com uma periodicidade maior, por exemplo, antes de decidir as prioridades de investimentos de cada repasse de verbas seguindo aproximadamente a sequência das reuniões da Associação de Pais e Mestres.

Os membros do Conselho de Escola e o grupo de professores, gestores e funcionários tiveram uma avaliação positiva da experiência do Conselho mirim e decidiu-se que ele deve constar no Projeto Político Pedagógico da escola a partir do ano de 2018 por estar de acordo com a maneira como a escola pensa a educação e a participação dos alunos, ou seja, como um exercício de autonomia e cidadania necessárias à formação de um indivíduo em uma sociedade plural e democrática.

Tanto a coordenadora quanto a assistente de diretor concordam que as maiores dificuldades da implantação do conselho mirim são a organização da periodicidade e da eleição destes representantes, a organização do espaço e do tempo para que as crianças não considerem a situação enfadonha e entendam plenamente os objetivos das reuniões, mas principalmente que a visão do adulto não se imponha a das crianças, de forma que as visões do adulto sejam levadas em consideração sem cercear ou censurar a visão infantil. Tal realidade pode ser refletida no exemplo supracitado do despejo das crianças terem um gira-gira e das professoras temerem pela segurança, neste caso caberá à gestão a procura de um gira-gira que ofereça maior segurança e dialogar com os funcionários e com as crianças a usar este brinquedo da forma adequada, com supervisão do adulto. Ou seja, a maioria das contradições possíveis entre a visão infantil e a dos adultos pode ser resolvida com reflexão e planejamento dos profissionais da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora falte na literatura pedagógica estudos e relatos de prática mais amplos sobre a especificidade dos conselhos com participação de crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, não há dúvidas que a ode à participação discente está presente de forma quase onipresente nos grandes autores do século XX que se preocupam com a temática da instituição escolar.

A legislação atual no município de São Paulo e no Brasil ainda fraqueja na possibilidade da participação institucionalizada de crianças menores do que 11 anos nas principais instâncias decisórias da escola, como o Conselho de Escola e a Associação de Pais e Mestres, mas experiências recentes de conselhos de escola com participação infantil e o próprio Marco Legal da Primeira Infância dão legitimidade para aqueles que querem ver nas escolas de educação infantil a participação efetiva e dialógica das crianças na decisão dos rumos orçamentários e pedagógicas das unidades escolares.

A intencionalidade de uma sociedade democrática onde haja cidadãos participativos e conscientes é muito mais fácil de alcançar se as instituições (principalmente as escolas) ouvirem todos os seres humanos independente da faixa etária com respeito e com zelo, sabendo respeitar as especificidades da comunicação e oralidade de cada momento e forma da vida humana.

Certamente não existe uma “receita de bolo” de como é a melhor forma de ouvir as crianças na primeira infância em uma escola, porém se as pessoas de cada unidade escolar assumirem para si a importância de se respeitar a fala infantil e fazerem uma escuta ativa e institucionalizada das crianças de forma a planejar a escola respeitando o olhar da infância sem arroubos adultocêntricos e censores, o passo principal já seria dado. O caminho a ser percorrido certamente será um processo com muitas dúvidas, questionamentos e dificuldades, mas os ganhos de ajudar as crianças a se tornarem autônomas e participativas e tornar a escola um lugar aprazível onde toda comunidade que ali convive se sente parte efetiva porque pode de fato opinar, agir e mudar para melhor a realidade onde convive é um ganho enorme que, como demonstra o exemplo da EMEI Francisco Adauto Rodrigues e o relato dos seus gestores, professores, funcionários e alunos valem muito a pena.